

Gramsci e o ‘moderno príncipe’: o combate a oligarquização do intelectual-partido

CARLOS PRADO*

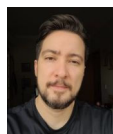
Resumo: Partindo fundamentalmente da leitura dos *Cadernos do cárcere* e da análise de alguns comentadores da obra de Gramsci, o objetivo do presente artigo é apresentar a concepção de Gramsci sobre o intelectual-partido, destacando as funções que estes exercem, o vínculo orgânico com as classes sociais e sua estrutura interna, especialmente a crítica de Gramsci a “lei de bronze da oligarquização”. O presente artigo está dividido em duas partes; num primeiro momento, apresenta brevemente o conceito de intelectual, discutindo não somente suas funções, mas também seu caráter de classe. Posteriormente, aborda a problemática em torno dos partidos políticos, investigando a relação entre dirigentes e dirigidos, a conexão dos intelectuais com a base partidária, evidenciando suas preocupações em construir uma estrutura democrática no interior do partido.

Palavras-chave: Gramsci; marxismo; intelectuais orgânicos; partidos políticos.

Gramsci and the ‘modern prince’: the fight against the oligarchization of the intellectual-party

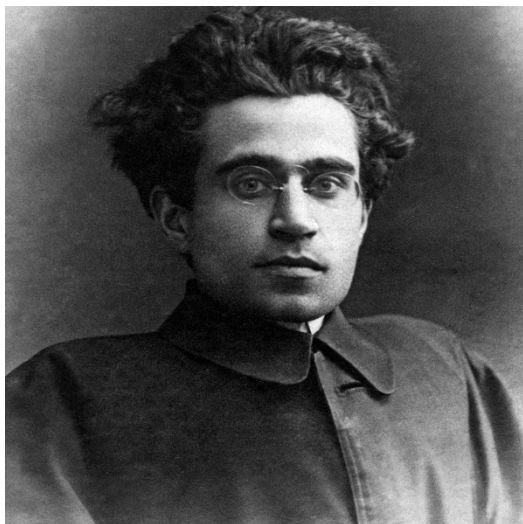
Abstract: Departing fundamentally from the reading of *Prison notebooks* and from the analysis of some commentators on Gramsci's work, the aim of this article is to present Gramsci's conception of the party-intellect, highlighting the functions they exercise, the organic link with social classes and its internal structure, especially Gramsci's critique of the “bronze law of oligarchization”. This article is divided into two parts; at first, it briefly introduces the concept of the intellectual, discussing not only its functions, but also its class character. Subsequently, it addresses the issue surrounding political parties, problematizing the relationship between leaders and leaders, the connection of intellectuals with the party base, highlighting their concerns in building a democratic structure within the party.

Key words: Gramsci; marxism; organic intellectuals; political parties.



* **CARLOS PRADO** é Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Professor do curso de História da Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

“Que todos os membros de um partido devam ser considerados como intelectuais é uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; contudo, se refletirmos bem, nada é mais exato”.
(GRAMSCI)



A obra de Gramsci apresenta uma reflexão necessária sobre o complexo da sociedade civil, na qual se destaca o papel exercido pelos intelectuais e pelos partidos políticos. Para Gramsci, os intelectuais são os responsáveis por fazer a conexão entre a estrutura e a superestrutura. São eles que traduzem na forma de uma visão de mundo a realidade material e os interesses das classes sociais. Nota-se que o conceito de intelectual não está desconexo da realidade econômica, pois existe um vínculo orgânico entre estes e a esfera estrutural. Os intelectuais aparecem como direção político-ideológica das classes sociais, constituindo as concepções que se chocam no interior da sociedade civil, numa permanente disputa hegemônica.

Gramsci também destaca o papel dos partidos, que atuam como intelectuais, produzindo projetos, exercendo funções educativas e orientando ações políticas. É verdade que não há nos *Cadernos do cárcere* uma concepção sistemática e definitiva de partido. Trata-se de um escrito inconcluso, fragmentado, que não

foi preparado para publicação. Mesmo assim, existe nestes escritos uma articulação e uma linha de desenvolvimento que serve de base para investigar alguns conceitos políticos, como o partido, em Gramsci.

Para os intelectuais filiados ao marxismo, uma organização partidária não é uma simples associação de indivíduos unidos por interesses semelhantes. O partido, desde Marx, mas principalmente a partir de Lenin, é um sujeito político coletivo que é forjado pela própria luta de classes. De maneira geral, a concepção gramsciana de partido não estabelece rompimentos com a concepção leninista. Em ambos o órgão deve ser o representante máximo e direto da classe operária. A função do partido é aglutinar os melhores homens (seus melhores intelectuais), elaborar uma concepção coerente da conjuntura histórica e atuar educando as massas, difundindo uma visão crítica das relações sociais, divulgando suas contradições e impulsionando as classes subalternas para a luta contra a classe dominante.

Mas em Gramsci, especialmente no Caderno 13, aparece claramente a influência de outro grande pensador, Maquiavel. Fazendo uma referência direta ao filósofo florentino, Gramsci (2000b, p. 16) afirma que “o moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo, mas um organismo; um elemento complexo da sociedade, uma vontade coletiva reconhecida pela ação.” E acrescenta: “Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se

sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a tornar universais”. O partido político aparece como o ‘moderno príncipe’ que deve atuar como representante de uma vontade coletiva, uma vontade de classe, difundindo uma nova cultura. Para o filósofo sardo, as características do ‘moderno príncipe’ deveriam estar reunidas no partido comunista, que se apresentaria como o *condottiero* das classes subalternas em direção à conquista da hegemonia.

Ao abordar os partidos políticos, os dois debates centrais tratados por Gramsci foram: 1) a análise das condições para que se desenvolva um vínculo orgânico entre o ‘moderno príncipe’ e a classe social que este representa; 2) a crítica à estrutura interna de funcionamento da vida partidária. Nota-se que a teoria do partido em Gramsci apresenta um grande esforço para que essa organização de classe não siga o caminho da burocratização. Vale destacar que o ponto de partida da reflexão gramsciana sobre os partidos é a sua própria atuação política no período que precede a sua prisão. Quando discute a questão da estrutura organizativa dos partidos ele tem em perspectiva a experiência do Jornal *L’Ordine Nuovo*, dos conselhos de fábrica e do Partido Comunista Italiano (PCI), bem como as relações com a III Internacional Comunista (IC).

Partindo fundamentalmente da leitura dos *Cadernos do cárcere* e da análise de alguns comentadores da obra de Gramsci, o objetivo do presente artigo é apresentar a concepção de Gramsci sobre o intelectual-partido, destacando as funções que estes exercem, o vínculo orgânico com as classes sociais e sua estrutura interna, especialmente a crítica

de Gramsci a lei de bronze da oligarquização. O presente artigo está dividido em duas partes; num primeiro momento, apresenta brevemente o conceito de intelectual, discutindo não somente suas funções, mas também seu caráter de classe. Posteriormente, aborda a problemática em torno dos partidos políticos, problematizando a relação entre dirigentes e dirigidos, a conexão dos intelectuais com a base partidária, evidenciando suas preocupações em construir uma estrutura democrática no interior do partido.

Os intelectuais orgânicos e suas funções sociais

Nos escritos de Gramsci o conceito de sociedade civil ganha contornos diferentes daquele que tinha em Hegel e em Marx. Em ambos os autores, ele está relacionado ao conjunto da estrutura econômica e social de uma determinada sociedade. Mas na concepção gramsciana, a sociedade civil não está vinculada à infraestrutura, complexo de relações econômicas e produtivas, mas relacionada à superestrutura. Trata-se da esfera que abrange os conjuntos de organizações privadas que, ao lado da sociedade política, correspondem à função de hegemonia.¹ Nessa sistematização, a sociedade política aparece como o Estado, no sentido estrito do termo.

A sociedade civil, compreendendo todos os organismos privados, abrange um campo bastante vasto, no qual se constitui o domínio da ideologia. Para o filósofo sardo são fundamentais as ideologias orgânicas, ou seja, aquelas visões de mundo que estão vinculadas organicamente aos interesses de uma classe social. A superestrutura se torna

¹ “O exercício normal da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado,

sem que a força suplante em muito o consenso, mas ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria.” (GRAMSCI, 2000b, p. 95).

uma esfera central na análise gramsciana porque é nela que se desenvolve a organização político-ideológica das classes sociais, ou seja, é nessa esfera que a consciência de classe dos diferentes grupos sociais é formada. É no interior desse ‘complexo de trincheiras’ que Gramsci insere a questão dos intelectuais e suas funções sociais.

Diversas passagens dos *Cadernos do cárcere* ressaltam a importância da sociedade civil, juntamente com a direção científico-filosófica que os intelectuais desempenham. Nessa perspectiva, o filósofo sardo elaborou um conceito de intelectual que está imediatamente vinculado às relações sociais estabelecidas, o que possibilita caracterizar essa atividade como elemento importante do espaço em que se trava a disputa hegemônica.

Quando Gramsci fala de intelectuais ele não está se referindo apenas aqueles indivíduos que possuem uma formação científica ou filosófica, esse intelectual pode ser diplomado ou não. Quando fala de intelectuais, ele se refere a uma pessoa ou grupo de pessoas (partido, por exemplo) que sejam capazes de realizar uma análise crítica da sociedade e construir uma concepção de mundo. Mas Gramsci também fala em intelectual ‘orgânico’ e quando usa este termo, ele se refere ao compromisso que os intelectuais possuem com determinada classe social em um determinado bloco histórico. Orgânico se refere ao engajamento essencial que os intelectuais podem possuir com uma classe social na disputa hegemônica em uma dinâmica sócio histórica: “orgânico é o intelectual que, ao atuar em sua própria esfera, *organiza a classe* porque elabora e sistematiza a superestrutura através da qual a classe vê o mundo, se reconhece e organiza sua ação política, sem a qual a classe não “se torna

independente” (COELHO, 2005, p. 333).

Os intelectuais não constituem um grupo com características uniformes e coesas, não são um grupo homogêneo e tampouco constituem uma classe social própria, pois não são autônomos. “Não existe uma classe social independente de intelectuais, mas cada grupo social possui sua própria camada de intelectuais, ou tende a formá-la” (GRAMSCI, 2000b, p. 20). É importante afirmar que, apesar de estarem organicamente vinculados a uma classe social, os intelectuais não se confundem com ela, mas tampouco lhe são estranhos. Isso ocorre porque mesmo vinculados organicamente, existe certa autonomia relativa. Logo, é possível que indivíduos de origem burguesa atuem como intelectuais das classes subalternas, assim como o contrário. Sobre essa problemática Gramsci cita um exemplo interessante:

Assim, cabe observar que a massa de camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais “orgânicos” e não assimila nenhuma camada de intelectuais “tradicionais”, embora outros grupos sociais extraiam da massa camponesa muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa. (GRAMSCI, 2000b, p. 16)

Os intelectuais são uma camada social, estão vinculados a uma determinada classe econômica e, de acordo com a leitura de Martins (2011), exercem três funções básicas: científico-filosófica, educativo-cultural e política. A tarefa de cunho científico-filosófica é aquela que têm como objetivo a análise e a compreensão da realidade social em determinado período histórico. Os intelectuais constituem a camada social

que realiza essa leitura, construindo uma consciência de classe, determinando funções e posições dos grupos sociais dentro de uma totalidade histórica. Trata-se de um grupo especializado que busca gerir a superestrutura, construindo uma concepção de mundo que seja homogênea e dê uma direção aos indivíduos e suas classes. Como afirma Gramsci:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial do mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não apenas no plano econômico, mas também no plano social e político. (GRAMSCI, 2000b, p. 15)

Os intelectuais são peça-chave da sociedade civil, pois são eles que desempenham o papel de elaboradores da ideologia, de acordo com a posição e os interesses da classe à qual estão vinculados organicamente. Se a sociedade civil é a esfera político-ideológico, os intelectuais são aqueles que têm a função de animar e conduzir esse campo. Mas os intelectuais também marcam presença na sociedade política, também são agentes do Estado. São os intelectuais que ocupam os cargos do executivo, legislativo, judiciário ou outras repartições administrativas, como ministérios ou secretarias. Suas funções não são apenas teóricas, mas também envolve uma prática administrativa na gerência do aparelho do Estado e, por conseguinte, das forças armadas.

Na sociedade civil se chocam duas visões de mundo antagônicas que traduzem as condições e as contradições encontradas na esfera produtiva. Nas trincheiras da sociedade civil, os intelectuais vinculados organicamente à classe dominante constroem e difundem

uma concepção conservadora, já que a função social deles é a manutenção e reprodução do bloco histórico vigente. Nessa perspectiva, se forja uma ideologia que busca camuflar a divisão de classes sociais. Utilizam do discurso em torno da liberdade e da democracia para difundir a ideia de que todos são livres e iguais.

A ideologia dominante não se declara burguesa, pelo contrário, esse conteúdo de classe é encoberto por formas abstratas, como ‘povo’, ‘nação’ e ‘interesse comum’. Apresentam os seus interesses como sendo interesses gerais. Assim, uma concepção que representa apenas a classe dominante, aparece como portadora de um conteúdo universal. A luta de classes é ocultada e a visão de mundo burguesa se transforma em interesse social, comum, independente da posição ocupada pelos indivíduos no processo produtivo. De acordo com Coelho:

Compreendemos, desde então, que os intelectuais burgueses cumprem perfeitamente o seu papel sem qualquer necessidade de recorrer à explicitação da sua posição de classe. Pelo contrário, é necessário ocultá-la: para que a concepção burguesa de mundo seja hegemônica ela deve ser apresentada não como uma concepção burguesa que de fato é, mas como uma concepção geral ou interesse geral, acima e independente dos interesses de classe. (COELHO, 2005, p. 333)

Se os intelectuais orgânicos das classes dominantes elaboram e difundem uma visão de mundo que busca a passividade social e a continuidade do bloco histórico vigente, os intelectuais das classes subalternas caminham na direção contrária. A partir das condições sociais do proletariado, seus intelectuais elaboram e apresentam uma visão crítica da realidade capitalista, evidenciando as

contradições inerentes às relações de produção estabelecidas. Essa ideologia proletária deve ser elaborada a partir da análise dialética, determinando os antagonismos de classes e apontando para a sua superação por meio de uma ruptura revolucionária.

Cabe a esse intelectual orgânico do proletariado elaborar uma concepção de mundo que seja capaz de traduzir a realidade e os interesses das classes subalternas. Esses intelectuais apresentam uma visão de mundo que deve questionar o discurso dos interesses gerais e de valores universais, apontando a divisão social em classes e a necessidade histórica de cessar com a exploração capitalista. Os intelectuais, filiados em partido político, sindicatos ou em outras organizações devem apresentar essa nova compreensão da realidade, mostrando a viabilidade da transformação social. Surge assim, uma luta por uma outra hegemonia que busca romper com o consenso estabelecido pelo discurso dos intelectuais burgueses, impulsionando o proletariado para a luta.

Enquanto a concepção de mundo burguesa se utiliza de formas abstratas e genéricas para esconder o seu caráter de classe dominante, a visão forjada pelos intelectuais do proletariado deve trazer à tona esse aspecto. Ao construir uma visão crítica da sociedade, a concepção de mundo das classes subalternas deve enfatizar as contradições da estrutura burguesa e evidenciar que a sociedade está dividida em classes bem definidas por suas posições na produção da vida material. Partindo desse pressuposto, de uma sociedade não somente fragmentada e dividida, mas também exploradora e dominadora é que os intelectuais orgânicos do proletariado buscam elevar a consciência em direção à luta política concreta.

Além da tarefa científico-filosófica, os intelectuais também exercem uma função ético-educativa. Não basta apenas elaborar uma nova concepção de mundo, é preciso propagá-la para que seja difundida e assimilada por uma coletividade. A divulgação dessa nova concepção se dá por meio de um processo educativo que não se restringe à escola. Trata-se de um processo amplo que se realiza por meio de cursos, seminários, debates, publicação de jornais, revistas, elaboração de vídeos, etc.

A classe dominante educa as classes subalternas para continuarem na condição de subalternidade. A tarefa dos intelectuais vinculados aos explorados é atuar no campo oposto, exercendo um papel educativo que abra espaço para uma nova visão de mundo. Esta não é uma tarefa fácil, pois na prática, trata-se da construção de uma reforma moral e intelectual que exige um processo de ruptura com antigos valores que são permanentemente reafirmados pela ideologia burguesa. Em Gramsci, “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica” (GRAMSCI, 1999, p 399). Quer dizer, nas sociedades ocidentais, a permanente luta entre as classes na superestrutura se funda na divulgação e imposição de valores ético-morais, de práticas e consensos sociais, de conhecimentos que constroem uma visão de mundo.

Outra questão importante é que esse processo educativo também se dá com os intelectuais. Eles também precisam se educar constantemente num processo de autocrítica. Nesse sentido, a visão de mundo ou o programa de um partido político não são imutáveis, não são construídos mediante uma análise mecânica, uma vez que resultam de um processo de permanente avaliação

conjuntural. Os intelectuais precisam estar sempre readequando suas ideias, valores e práticas, para que consigam estabelecer e manter o contato com a classe à qual estão vinculados.

Para concluir a análise das três funções básicas dos intelectuais, cabe afirmar algo que já ficou evidente, ou seja, as tarefas científico-filosófica e ético-educativa culminam numa ação política, que é a luta pela derrubada do bloco ideológico burguês e a posterior construção de uma sociedade para além do capital e da exploração de classes. Evidencia-se que as tarefas dos intelectuais orgânicos são subjetivas e também objetivas, pois devem desembocar numa intervenção política concreta.

Em suma, os intelectuais orgânicos da classe subalterna constroem uma visão de mundo que busca romper com o consenso liberal e impulsionar lutas por uma verdadeira transformação social. É a partir dessa perspectiva que Gramsci desenvolve o conceito de “espírito de cisão”:

O que se pode contrapor, por parte de uma classe inovadora, a este complexo formidável de trincheiras e fortificações da classe dominante? O espírito de cisão, isto é, a conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica, espírito de cisão que deve tender a se ampliar da classe protagonista às classes aliadas potenciais: tudo isso requer um complexo trabalho ideológico, cuja primeira condição é o exato conhecimento do campo a ser esvaziado de seu elemento de massa humana. (GRAMSCI, 2000a, p. 79)

“Espírito de cisão” é justamente esse despertar da “consciência da própria personalidade histórica”. Para se transformar em classe hegemônica, as classes subordinadas precisam construir

seus próprios intelectuais orgânicos. Quer dizer, organizar a sua própria direção político-ideológica. Essa direção para Gramsci, assim como em Lenin, cabe a um organismo específico que exercerá essa função de intelectual; trata-se do partido político.

A teoria do partido

Gramsci deixa claro que não são apenas os indivíduos isolados que exercem a função de intelectuais. Essa função é desempenhada por associações de indivíduos, ou seja, partidos políticos, sindicatos e outras organizações podem atuar socialmente exercendo a função de intelectuais. Logo, o intelectual orgânico pode ser um indivíduo ou uma organização social. Nessa perspectiva, os partidos políticos não são apenas formados por intelectuais, mas enquanto organização de classe, exercem a função de intelectuais.

É importante apontar que não existe em Gramsci uma teoria universal do partido. Ele não trata essa questão de forma dogmática e mecânica estabelecendo leis gerais para sua organização e atuação junto às classes subalternas. A construção de um partido deve sempre obedecer à realidade histórica, buscando traduzir determinadas condições reais de luta. Não se trata da elaboração de um modelo geral, canonizado e válido para as mais variadas situações, que pode ser elaborado *a priori*, mas de uma elaboração *a posteriori*, a partir de uma análise investigativa das condições da luta de classes em determinado período.

Para os grupos e classes subalternas, o partido aparece como a organização capaz de dar forma a uma consciência revolucionária. É nesse sentido que o partido, enquanto intelectual orgânico, deve elaborar um programa e construir um projeto político que seja capaz de apresentar uma visão coerente da

dinâmica social, respondendo a questões políticas e econômicas precisas. O papel do partido em Gramsci é o de elaborar um projeto político que seja um verdadeiro programa revolucionário para conscientizar e dirigir as massas.

A tarefa científico-filosófica do partido ganha vida na forma de um projeto político adequado a determinada concepção de mundo. O programa não pode apresentar uma concepção difusa e prolixa, precisa trazer uma visão de mundo que contenha um elemento intencional e organizativo. Coelho (2005, p. 320) acrescenta que uma visão de mundo só se torna um projeto político “a partir do momento em que exprime uma perspectiva consciente de mediação entre teoria e prática, entre uma concepção de mundo e um plano de ação sobre ou com o mundo, que procura estruturar-se adequando meios a fins”. Não basta uma sistematização político, econômica e social que permaneça no nível da teoria, ela precisa estar conectada com uma ação, necessita apresentar uma proposta política de intervenção, ou seja, o projeto político se traduz numa mediação entre teoria e prática.

De acordo com Gramsci, na construção do projeto político, o partido deve se vincular apenas às classes subalternas, mantendo afastada a influência de outras ideologias. O partido comunista não é um órgão interclassista. Ele é um órgão fundamentalmente da classe operária. Gramsci também deixa claro que o partido não pode ser um organismo externo, afastado da classe. Essa direção não se dá “através de uma imposição autoritária vinda de fora” (GRAMSCI, 2000a, p. 356). A relação do partido com a classe deve ser realmente orgânica, por isso os intelectuais que atuam no partido devem estar inseridos na classe, devem conhecer não apenas o funcionamento

das relações capitalistas de produção, mas também as condições reais de vida das classes subalternas, suas reivindicações e necessidades mais urgentes. Para Gramsci, o partido só será aceito como representante da classe operária na medida em que:

(...) efetivamente se revele capaz – enquanto parte da classe operária – de se ligar a todos os segmentos de tal classe e de imprimir à massa um movimento na direção desejada e que encontre respaldo nas condições objetivas. Somente em consequência de sua ação entre as massas é que o Partido poderá fazer com que essas o reconheçam como seu partido (conquista da maioria); e somente quando tal condição se efetivar é que o Partido pode presumir que está sendo seguido pela classe operária. (GRAMSCI, 2000a, p. 356)

O partido deve ser parte da classe operária, deve se vincular a ela para que realmente possa ser reconhecido enquanto liderança. Caso o partido se coloque ou atue como um órgão exterior e estranho, não será seguido pela classe, não conquistará a confiança dos seus membros e se mostrará incapaz de ocupar o papel de direção.

Quando Gramsci discute a estrutura e a organização dos partidos políticos, está mirando a constituição dos partidos comunistas que devem estar organicamente vinculados à classe operária. Esses partidos devem produzir uma estrutura própria e original que seja diferente e que se contraponha ao modelo adotado pelos partidos tipicamente burgueses. O ‘moderno príncipe’ não pode se adequar aos limites impostos pela democracia liberal e pela vida burocrática do parlamento. Esse partido surge justamente para se contrapor a essa estrutura burguesa com fins eleitorais. Nesse sentido, não apenas

no seu projeto político, mas também na sua organização interna, o partido comunista deve ser a negação da lógica burguesa.

Gramsci dedica atenção especial a análise da estrutura organizativa do ‘moderno príncipe’. Desenvolve essa problemática a partir do questionamento às teses de Robert Michels, sociólogo ítalo-germânico, que em 1915 publicou *A Sociologia dos Partidos Políticos*, defendendo a ideia de que a oligarquização do partido é um processo inevitável, no qual todo partido operário desembocaria. O que Gramsci apresenta é justamente uma reflexão que critica esse caráter mecânico e inexorável da oligarquização, demonstrando quais caminhos e medidas organizativas o partido deve seguir para construir uma organização essencialmente democrática.

Em sua obra, Michels argumentou em favor da existência do que chamou de ‘lei de bronze da oligarquia’, segundo a qual todos os partidos tendem, de maneira inevitável, a desenvolver uma oligarquia. Nesse esquema, os dirigentes se tornariam membros privilegiados que ocupariam os principais cargos e impediriam que as organizações partidárias funcionassem de maneira democrática. A ‘lei de bronze da oligarquia’ tem seu cerne na existência de uma oposição entre os interesses da oligarquia partidária e os dos membros da base. Dessa forma, segundo Michels, o partido desenvolve uma oposição entre dirigentes e dirigidos, constituindo uma estrutura que atrofia os instrumentos democráticos e constrói uma hierarquia, na qual alguns membros dirigentes dominam as discussões e impõem suas opiniões e interesses, sem ouvir ou respeitar a vontade ou necessidades dos dirigidos. A principal crítica de Michels é quanto à formação de verdadeiras elites

intelectuais que, por sua posição privilegiada, acabam dominando os principais cargos e hierarquizando os partidos.

Para Gramsci, a oligarquização e burocratização dos partidos tem como pressuposto um conteúdo de classe. Quando os dirigentes pertencem a uma classe diferente daquela dos dirigidos, o partido realmente pode caminhar com certa facilidade em direção a uma oposição entre intelectuais e base, que traduz essa diferenciação de classe já posta. A história da Segunda Internacional evidencia a burocratização dos partidos socialdemocratas que tinham direções pequeno burguesas. Para impedir esse processo Gramsci afirma que:

Se não existe diferença de classe, a questão torna-se puramente técnica – a orquestra não crê que o regente seja um patrão oligárquico – de divisão do trabalho e de educação, isto é, a centralização deve levar em conta que nos partidos populares a educação e o ‘aprendizado’ político se verificam em grande parte através da participação ativa dos seguidores na vida intelectual – discussões – e organizativa dos partidos. (GRAMSCI, 2000b, p. 243)

De acordo com o filósofo sardo, o partido do proletariado deve ser constituído fundamentalmente pela classe trabalhadora. Esse pressuposto já havia sido defendido por Gramsci por ocasião do III Congresso do PCI em 1926, no documento que ficou conhecido como “Teses de Lyon”. Mas a burocratização pode realmente ser evitada apenas compondo o partido com uma única classe? Essa composição proletária do partido é realmente capaz de impedir que os dirigentes se distanciem da base social?

Gramsci pensa a estrutura partidária como o momento que antecipa as relações que deveriam se constituir na sociedade pós-capital. Por conseguinte, “um partido comunista deveria iniciar já no cotidiano a prática da democracia direta, tendo como objetivo gerar um novo tipo de relacionamento” (PANSARDI; SCHLESENER, 2007, p. 31). O partido da classe trabalhadora deve se desenvolver a partir de relações democráticas que superem a dualidade entre governantes e governados. Caso a organização partidária não coloque em xeque essa oposição histórica, ela apenas estará reproduzindo as relações da sociedade burguesa.

Gramsci reconhece que a composição proletária do partido não é suficiente para garantir o funcionamento democrático e impedir uma oligarquização partidária. Entre suas preocupações, ele reconhece a necessidade de se criar mecanismos que garantam a existência de uma ampla discussão interna. A liberdade para o debate é um dos pontos centrais para que a organização partidária viabilize a participação das massas e não se torne um partido estranho e exterior à própria classe. Por isso, ele também aponta a necessidade de se construir mecanismos inovadores para que a estrutura do ‘moderno príncipe’ incorpore às massas. De acordo com Neres e Del Roio (2013, p. 152), o filósofo sardo faz a defesa da “célula profissional como base de organização do partido, capazes de formar um amplo estrato de dirigentes intermediários, extraídos da massa e que deveriam permanecer organicamente vinculados a ela, ainda que exercendo funções dirigentes”. Um dos mecanismos apresentados por Gramsci é o de que a base social do partido, aqueles que seriam os “dirigidos”, possam cada vez mais ocupar cargos de direção. Tal pressuposto busca caminhar para a

superação dessa oposição entre dirigentes e dirigidos.

Gramsci desenvolve sua crítica à concepção oligárquica do partido de Michels, evidenciando a contraposição entre o modelo do ‘centralismo democrático’ e o do ‘centralismo burocrático’. Em *Que fazer?* de 1902, Lênin lançou as bases do centralismo democrático, que almejava combinar a ampla discussão durante os congressos e a rígida disciplina após a aprovação das teses. No contexto da Rússia Czarista, o partido teve que se construir a partir de uma direção centralizada e pela homogeneidade ideológica que era imposta de forma hierárquica pelo aparelho partidário. Gramsci não abandona o centralismo democrático, mas amplia o seu conteúdo, a partir da percepção de novas realidades históricas.

Ao contrário do centralismo democrático, o centralismo burocratizado apresenta uma forma enrijecida e imobilizada que não é capaz de acompanhar o dinamismo das conjunturas históricas. Essa burocratização impede que os membros do partido se movimentem no interior da organização. Logo, os dirigentes permanecem como ‘chefes’ partidários intocáveis, ficando cada vez mais distantes da base social, enquanto que os dirigidos, por sua vez, não conseguem alcançar os postos intermediários e muito menos o vértice da organização. O centralismo burocrático consolida uma hierarquização partidária, deixando os intelectuais cada vez mais distantes da classe a qual deveriam estar organicamente vinculados.

Na perspectiva oposta ao centralismo burocrático, Gramsci apresenta sua versão ampliada do centralismo democrático. Se o primeiro apresenta como característica o imobilismo de sua

estrutura, este tem como característica a mobilidade. Trata-se de:

(...) um “centralismo” em movimento, por assim dizer, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências: ele é ‘orgânico’ porque leva em conta o movimento, que é o modo orgânico de revelação da realidade histórica, e não se enrijece mecanicamente na burocracia. (GRAMSCI, 2001, p. 1643).

Para Gramsci é essencial que se construa uma estrutura que garanta o acesso das bases partidárias aos postos de direção. Mas não se trata apenas de garantir o movimento ou a troca no comando partidário, afinal isso só poderá ocorrer se o grupo dos dirigidos realmente se sentir livre para contribuir e se expressar no interior das discussões partidárias. É preciso que o acesso ao partido não seja de natureza exclusiva e restritiva, mas inclusiva. Um partido operário não se constrói por meio de uma vanguarda isolada e sem ligações com a base de sua classe. Neres e Del Roio acrescentam que:

(...) a distinção fundamental entre ‘centralismo democrático’ e ‘centralismo burocrático’ reside precisamente no tipo de relação que se estabelece entre líderes e liderados, na forma como se administra politicamente a inevitável conformação de diferenciações ou especializações técnicas que, forçosamente, deverão ocorrer no interior da organização em questão: se esta relação é de natureza inclusiva, se a atuação da vanguarda respeita e fortalece a

ligação orgânica com a base de sua referência social, o tipo de organização dado às forças econômicas e políticas (o funcionamento do partido, do Estado, do sindicato etc.) será o ‘centralismo democrático’; se esta relação é de natureza restritiva, fundada no isolamento do grupo dirigente e na aplicação burocrática da linha política, o tipo de organização erigido só poderá se basear no ‘centralismo burocrático’. (NERES; DEL ROIO, 2013, p. 153)

Um aspecto interessante que Gramsci chama atenção, diz respeito à disciplina. Para o filósofo sardo, o regime disciplinar não deve ser aos moldes da obediência mecânica e da imposição inquestionável do Comitê Central. Faz-se necessário desenvolver uma nova visão sobre a disciplina no interior do partido. De acordo com Gramsci (2001, p. 1706), essa disciplina deve se realizar “não como acolhimento servil e passivo de ordens, como execução mecânica de tarefas (...) mas como uma assimilação consciente e lúcida da diretriz a realizar”.

A disciplina partidária não pode se efetivar como uma imposição, como ordem autoritária fixada por estruturas superiores e que, por isso, devem ser respeitadas e executadas. Pelo contrário, a disciplina deve ganhar traços de convicção, já que a autoridade deliberativa emana de um processo democrático. Trata-se de um consenso ativo. Para Gramsci, argumenta Pansardi e Schlesener (2007, p. 30) “a diminuição do poder burocrático do partido provinha de uma relação contínua com a vida da classe operária, que deveria participar e intervir nas políticas partidárias de modo efetivo e não apenas referendando a ação dos dirigentes”.

Dessa maneira, o militante partidário executa as atividades e tarefas do partido

que ele mesmo ajudou a construir e a determinar. Não são ordens externas e estranhas, são ordens que perpassam pela sua própria vontade e liberdade, pois o mesmo participou da sua elaboração. Pansardi e Schlesener (2007, p. 33) acrescentam que:

A democracia operária, para Gramsci, concretiza-se inicialmente nas práticas internas do partido como um dos principais espaços de formação de um consenso ativo, gerado pela participação efetiva de todos no cotidiano político. A nova experiência democrática assim gestada e estendida à sociedade civil consolidaria o que Gramsci denomina “sociedade regulada” (socialismo).

Para Gramsci a ‘lei de bronze da oligarquia’ só pode ser quebrada por meio de uma estrutura partidária que permita que suas lideranças emergjam da sua base social. Ele argumenta sobre a necessidade de formar uma camada média e ampla de militantes que esteja articulada ética e politicamente com os militantes de base. Nesse sentido, torna-se indispensável um permanente processo de formação moral, intelectual e político. Mais uma vez, aparece o papel educativo do ‘moderno príncipe’. Nas palavras de Gramsci (2000b, p. 85): “Uma função fundamental dos partidos é elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores”.

Os intelectuais que dirigem o partido não podem ser externos, devem prover da sua base social. O próprio partido deve formá-los por meio de cursos, publicações, debates e etc. “Para alguns grupos sociais, o partido político é nada mais do que o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim diretamente no campo político e filosófico, e não no

campo da técnica produtiva” (GRAMSCI, 2000b, p. 85). A responsabilidade educativa, necessária para elevar a consciência das classes subalternas é tarefa do partido político, pois essa formação não é técnica, não é uma especialização produtiva, é uma educação que emerge diretamente do campo político, da luta de classes, e é onde o ‘moderno príncipe’ deve atuar.

Considerações finais

Vimos que, ao abordar o tema dos partidos políticos, Gramsci se preocupa em traçar as condições para que se estabelecesse um vínculo orgânico entre o Partido Comunista e a classe operária. De acordo com o filósofo sardo, na construção do projeto político, o partido não deve tolerar a influência do pensamento liberal-burguês e, por conseguinte, deve se vincular exclusivamente às classes subalternas. Gramsci também deixa claro que para que esta relação seja realmente orgânica, seus intelectuais devem estar inseridos e ou serem originários da classe.

A partir da própria vivência partidária, Gramsci alerta contra o perigo da burocratização do partido e se empenha em negar a teoria da ‘lei de bronze da oligarquia’, evidenciando que o surgimento da burocracia partidária pode ser sim evitada, pois não se trata de um movimento natural e inexorável, como estabelece Michels. Ao contrário, Gramsci busca apontar os caminhos e medidas organizativas que o partido deve seguir para construir uma organização essencialmente democrática. Ele argumenta que para superar a dualidade entre dirigentes e dirigidos e colocar em xeque essa oposição histórica, é preciso duas medidas fundamentais; liberdade para discussão interna e mobilidade no interior da organização.

Gramsci reconhece a necessidade de se criar mecanismos que garantam um amplo debate interno. A liberdade de discussão é um dos pontos centrais que viabiliza a participação das massas. Ele também argumenta que a burocratização impede que os membros do partido se movimentem no interior da organização. Logo, a célula profissional deve ser a base do partido, e é dela que deve emergir um estrato de dirigentes intermediários, extraídos da classe subalterna e que devem permanecer organicamente vinculados a ela, mesmo ocupando funções dirigentes. A mobilidade no interior da organização é uma das principais características do centralismo democrático defendido por Gramsci.

Em suma, a oligarquização é superada quando a estrutura partidária permite o debate democrático e possibilita que novas lideranças emergjam de sua base social e alcancem postos intermediários e, até mesmo, o vértice da organização. A formação de militantes que estejam vinculados organicamente à base social é uma característica essencial para o desenvolvimento de uma estrutura democrática. É função do partido educar a classe, formar novos intelectuais, possibilitar que se transformem em novas lideranças e absorvê-los em sua estrutura organizativa.

Referências

- COELHO, Erelino. *Uma esquerda para o capital*. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). Niterói: UFF/PPGH. (Tese de doutoramento em História), 2005.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1. Antonio Gramsci: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. *Cadernos do cárcere*, Vol. 2. Antonio Gramsci: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.
- _____. *Cadernos do cárcere*, Vol. 3. Antonio Gramsci: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.
- _____. *Cadernos do cárcere*, Vol. 4. Antonio Gramsci: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Escritos Políticos*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- PANSARDI, Marcos Viniciusi. SCHLESNER, Anita. *Educação democrática, os partidos políticos e a globalização: reflexões sobre o pensamento político de Gramsci*. In: **Trabalho e Educação**. Vol. 16. nº 2. Jul-dez, 2007.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. 6. ed. Trad. de Angelina Peralva. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- MARTINS, Marcos Francisco. *Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política*. In: **Pro-Posições**, Vol. 22, n. 3 (66), p. 131-148, set./dez. Campinas, 2011.
- MICHEL, Robert. *Por uma sociologia dos partidos políticos*. Lisboa: Antígona, 2001.
- NERES, Geraldo Magella. DEL ROIO, Marcos. *O 'novíssimo príncipe'*. Gramsci e a reconstrução da teoria marxista do partido. **Tempo da ciência**. Vol. 20. nº 40. Jul-dez, 2013.

Recebido em 2021-10-30

Publicado em 2022-05-01